Revista Debates Insubmissos

# EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTRAMÃO DAS 'CRUZADAS ANTIGÊNERO': POLÍTICA DE RESISTÊNCIA EM UM CURSO DE EXTENSÃO NO TOCANTINS

## *UNIVERSITY EDUCATION IN CONTRACTING 'ANTIGEN CROSSES': RESISTANCE POLICY IN A TOCANTINS EXTENSION COURSE*

Cristina Vianna Moreira dos Santos[1]
Bruna Andrade Irineu[2]

**RESUMO**

O presente trabalho refere-se à experiência do curso de extensão "Direitos Sexuais e Reprodutivos: educando para as diferenças" desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins no *Campus* de Miracema. O objetivo do curso foi proporcionar um espaço de debate plural sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente acadêmico, instrumentalizando as/os participantes para o enfrentamento do sexismo, racismo, homofobia e outros tipos de violência, com enfoque na conversação sobre direitos sexuais e reprodutivos. O curso de extensão foi realizado durante os meses de maio e junho de 2018, perfazendo um total de 30 horas distribuídas em 10 encontros e teve a participação de 40 cursistas. A metodologia feminista e interseccional do presente projeto fomentou a produção de um debate crítico e reflexivo, por meio de estratégias diversificadas de formação em gênero e sexualidade na universidade, potencializada pela interdisciplinaridade valorizando vozes plurais.

**Palavras-chaves**: Extensão Universitária; Gênero; Educação.



***ABSTRACT***

*The present work refers to the experience of the extension course "Sexual and Reproductive Rights: educating for differences" developed by the Center for Studies, Research and Extension on Sexuality, Corporealities and Rights of the Federal University of Tocantins at the Miracema Campus. The objective of the course was to provide a space for plural debate about sexual and gender diversity in the academic environment, instructing participants to confront sexism, racism, homophobia and other*

[1] Professora Adjunto do Curso de Psicologia e Coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (CEPSI/ UFT). Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). E-mail: cristina.vianna@uft.edu.br

[2] Professora Adjunto II do Departamento de Serviço Social e Coordenadora do Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (NUEPOM/ UFMT). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). E-mail: brunairineu@gmail.com

*types of violence, focusing on the conversation about sexual and reproductive rights. The extension course was held during the months of May and June 2018, totaling 30 hours distributed in 10 meetings and was attended by 40 students. The feminist and intersectional methodology of this project fostered the production of a critical and reflective debate, through diversified strategies for gender and sexuality education at the university, enhanced by interdisciplinarity valuing plural voices.*

***Keywords**: University Extension; Gender; Education.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido a partir do desejo de compartilhar as experiências do curso de extensão "Direitos Sexuais e Reprodutivos: educando para as diferenças" desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no *Campus* de Miracema, no primeiro semestre de 2018. O objetivo do curso[3] foi proporcionar um espaço de debate plural sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente acadêmico, instrumentalizando cursistas para o enfrentamento do sexismo, homofobia, racismo e outros tipos de violência, com enfoque na conversação sobre direitos sexuais e reprodutivos. O feminismo é a perspectiva teórica e metodológica utilizada pelas autoras deste texto. O lugar de fala feminista aponta os desafios de repensar o mundo, a partir de um conhecimento crítico e reflexivo sobre os processos de engendramento, desigualdades e opressões, buscando mudanças nas relações sociais de gênero e a transformação societária.



O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, que completa 10 anos em 2019, tem desenvolvido ações de extensão e pesquisa na área de gênero, sexualidade e raça em nível estadual. A extensão tem sido, em grande medida, um espaço de formação plural voltado para o reconhecimento da diversidade, onde as pesquisadoras têm construído outros modos de ensinar, e também de aprender pela diferença, buscando atender demandas para além da comunidade acadêmica, com vistas a alcançar o território comunitário. Neste sentido, a extensão gera frutos a partir da interação universidade-comunidade, por meio de partilha de conhecimentos e trocas de experiências. Além de incluir

[3] A chamada aberta para o curso foi feita através das páginas oficiais da universidade e do grupo de pesquisa, bem como pelas redes sociais e murais físicos do campus universitário.

pessoas que, diretamente não participam da comunidade acadêmica, a proposta extensionista pretende ampliar o debate universitário sobre temas que usualmente não estão contemplados nas disciplinas ofertadas em cursos de graduação.

Destacamos, que o contexto de realização do curso articula-se com acontecimentos na conjuntura nacional, que colocaram em voga o debate de gênero e sexualidade na contramão das cruzadas antigênero. Antes mesmo do período eleitoral de 2018, que culmina na assunção de Jair Bolsonaro à Presidência da República, se observa no Brasil desde meados dos anos 2000 um forte avanço da extrema direta na esfera pública, especialmente nas disputas concernentes ao Legislativo. Prado e Correa (2019) nos mostram que este cenário não é exclusivamente brasileiro, mas sim global. Onde, em grande medida, sujeitos articulados principalmente a partir de setores religiosos vão pautar o debate acerca da "ideologia de gênero", termo utilizado como estratégia para ameaçar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em alguma medida, propor e avaliar ações de extensão universitária sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade no contexto universitário brasileiro, exige de nós um forte empenho em sistematizar cada passo do planejamento, da execução e avaliação dos projetos e cursos desenvolvidos. Seja pela importância da memória destas ações insubmissas, devido a conjuntura atual de ofensiva antigênero, ou pela centralidade da avaliação coletiva e processual que a metodologia feminista[4], a qual este curso que comunicamos neste texto se articula, nos requer. No contexto das práticas educativas, a metodologia feminista envolve uma ação pedagógica que enfatiza atividades grupais de maneira participativa, discutindo os efeitos de gênero nas relações, reconhecendo a desigualdade de poder e promovendo o empoderamento. A metodologia feminista de pesquisa, por sua vez, se refere menos à utilização de técnicas específicas de coleta ou análise de dados, e mais à inclusão de uma crítica de gênero sobre o conhecimento produzido, apontando para as consequências e implicações de sua produção.



[4] Embora o campo dos Estudos Feministas envolva distintas concepções teórico-metodológicas sobre as desigualdades entre mulheres e homens, cabe ressaltar que optamos por nos inspirar em ferramentas teórico-políticas desta seara que fossem concernentes aos debates interseccionais. Assim, nos filiamos a perspectivas construtivistas da sexualidade e concepções anticissexistas e antirracistas de gênero, aproveitando especialmente das discussões de Sônia Correa, Sueli Carneiro, Lelia Gonzales, Débora Diniz, Berenice Bento, Tatiana Lionço, Luma Nogueira, Guilherme Almeida, Marco Aurélio Máximo Prado, Gayle Rubin, Judith Butler, Angela Davis, bell hooks, Kimberly Crenshaw, Paul Preciado e Raewyn Connell.

Os dados produzidos para esta comunicação, envolveram o diário de campo do curso e a análise dos documentos de preparação das etapas de planejamento dos encontros em planos de aula que foram sendo modificados e repensados após cada encontro, já que os temas foram encadeados em uma sequência didática, como descrevemos no item abaixo deste artigo. E finalmente, acrescentou-se a análise do perfil das/os participantes e a avaliação realizada no último encontro do curso, que nos oportunizou debruçar sobre as percepções das/os cursistas sobre possíveis impactos da extensão em suas vidas.

## 2. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS EM DEBATE

O direito ao aborto tem sido um tema central no debate feminista. Desde o início do movimento feminista, a questão do aborto desafiou o pensamento cristão fundamentalista e a noção de que a razão da existência de uma mulher é gerar crianças. No entanto, como ressalta hooks (2018), o direito das mulheres de escolher se querem ou não fazer um aborto é somente um aspecto da liberdade reprodutiva, aquela que ganhou a mídia de massa e se colocou como desafio à igreja. Para viver a sexualidade como um direito, as mulheres precisam contar com mecanismos de prevenção à gravidez, legalização do aborto, e no caso da espera de filhas/os, contar com pré-natal e parto de qualidade. E os direitos reprodutivos, dependendo da idade da mulher, de sua raça/etnia e classe social, se ampliam para incluir desde o acesso a educação sexual básica, até o controle pré-natal, o alerta sobre cesarianas desnecessárias, esterilização forçada, e histerectomias, bem como as complicações médicas decorrentes desses procedimentos.



Segundo Mattar e Diniz (2012), o termo direitos reprodutivos foi criado por feministas norte-americanas, e tornou-se público no I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em 1984 em Amsterdã. A partir desse encontro, inicia-se a partilha de um consenso global de que esta denominação traduz um conceito mais completo e adequado do que o termo saúde da mulher. No Brasil, por exemplo, desde o início da década de 1980, a noção de saúde integral da mulher era utilizava nas políticas de saúde, buscando relacionar a reprodução biológica e social com a luta por direitos e cidadania. À medida que o foco se deslocava da

saúde da mulher para os direitos reprodutivos, este conceito visava dar conta da pauta da vida reprodutiva das mulheres, levando em conta sua liberdade e autodeterminação, destacando o papel do Estado no fortalecimento das políticas públicas (CORREA; ÁVILA, 2003). Em uma compreensão mais ampla, os direitos reprodutivos estão relacionados ao direito básico de todas as pessoas decidirem, livre e responsavelmente, se querem ou não ter filhas/os e sobre o número e o espaçamento de tê-los, incluindo o direito à informação e ao acesso à métodos eficientes e seguros de planejamento familiar.

A história dos direitos sexuais de pessoas LGBT, por sua vez, é distinta e mais breve que a dos direitos reprodutivos. Na década de 1990, os movimentos gays e lésbicos europeus e norte-americanos, fundindo-se, posteriormente, com alguns segmentos do movimento feminista, ganham visibilidade no debate sobre como a sexualidade é fundamental para compreender e transformar a desigualdade de gênero, ao mesmo tempo em que é formulada a noção de saúde sexual, sob o impacto da pandemia de HIV/aids, o que exigiu o envolvimento de vários atores sociais.



A partir da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo em 1994, se inaugurou uma mudança paradigmática muito importante. É possível identificar que dali em diante a mulher passa de objeto a sujeito de programas de desenvolvimento e população (MATTAR; DINIZ, 2012). Já na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing em 1995, que reiterou os avanços discutidos no Cairo, os direitos sexuais e reprodutivos se transformam em tema de cidadania, ampliando o conceito de direitos humanos para incluir a vivência plena da sexualidade, com a garantia de decidir livremente a respeito, sem estar sujeita/o à coerção, à discriminação ou à qualquer tipo de violência.

> As pessoas têm direito a experimentar o prazer sexual, sem nenhuma intenção de ter filhos. Aborto, parto seguro, prevenção de DSTs e HIV/aids têm frequentemente ocupado o espaço na maioria das discussões sobre direitos reprodutivos. Mas e o direito ao prazer sexual? Também envolve conhecer e gostar de seu próprio corpo, relacionar-se com outra pessoa com responsabilidade e respeito, ter uma boa saúde sexual e realizar exames preventivos. Todo ser humano tem o direito de experimentar o prazer de diversas formas, desde que haja consenso de todas as partes envolvidas. (PROMUNDO, 2008).

Para Weeks (1999), a sexualidade refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até

noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. Como construto social é um conceito dinâmico que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações nos diferentes períodos históricos, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. E é no cenário das disputas políticas que precisamos levar em conta que a sexualidade é uma questão transversal, que tem relação com múltiplas dimensões da vida e do bem-estar. Deste modo, ao invés de ser considerada como um problema a ser contido, ou como fonte de perigo, dor e sofrimento, ela precisa ser encarada como parte essencial da experiência humana, fonte de emoção, alegria, prazer e intimidade, reflexo da autonomia e da liberdade. Por isso, direitos sexuais e reprodutivos devem ser garantidos em sociedades justas, igualitárias e democráticas.

## 3. DESFAZENDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O curso de extensão foi realizado durante os meses de maio e junho de 2018 na Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Miracema, e teve o apoio da PROEX/UFT, por meio de bolsa de extensão para acadêmica de graduação. O referido curso, aberto a toda a comunidade, contou com a participação de 40 cursistas. Ao todo foram realizados 10 encontros incluídos em módulos sobre gênero e sexualidade; raça/etnia, direitos sexuais e reprodutivos; família e direitos humanos; "ideologia de gênero" e processos educacionais. Os encontros foram distribuídos em 30 horas de curso.



A extensão foi coordenada por duas professoras do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, e também contou com a participação de facilitadoras/es externas/os conduzindo alguns dos debates. Houve aula expositiva dialogada, exibição de vídeos, documentários e filmes, oficina de confecção de cartazes e roda de conversa. Finalmente, o último módulo reuniu arte e cultura, em forma de poemas, músicas, ilustrações e performances produzidas pelas/os participantes, a partir das reflexões desenvolvidas durante o curso.

O perfil das/os cursistas foi levantado através dos dados contidos na ficha de inscrição.

Do total de 50 inscritos/as[5] cabe destacar que, 77% das/dos participantes se declararam do gênero feminino e 23% do gênero masculino. Considerando que o curso fora ofertado em um campus universitário com a presença dos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Educação Física, cabe reiterar as observações de autoras como Louro (1997), que interpreta o fenômeno da feminização de determinadas áreas de conhecimento, em especial o gênero da docência, a partir de uma analítica do poder e das hierarquias as quais estas áreas estão submetidas no *roll* do *status quo* dominante. Estando as mulheres, na maioria das vezes, em posições de trabalho subalternizadas do ponto de vista econômico e do seu reconhecimento simbólico.

Em relação a participação, 58% das/os cursistas eram estudantes do curso de Psicologia, 25% do curso de Serviço Social, 14% do curso de Pedagogia, e 3% da comunidade externa. O que nos impõe a necessidade de reforçar que os temas de gênero e sexualidade, especialmente em contextos interioranos, onde a presença de instituições comprometidas com a cruzada antigênero é forte, encontram maior dificuldade de adesão da comunidade externa se comparado as ações sobre saúde, envelhecimento ou esporte.



Ao mesmo tempo, a adesão da própria comunidade universitária, fortalece a existência de ações na contramão da ofensiva antigênero. A exemplo citamos os dados quanto a orientação sexual e raça/etnia. Quanto à orientação sexual, 54% das/os participantes se declararam heterossexuais, 21% homossexuais, 13% bissexuais, e 12% responderam 'outros'. E acerca da raça/etnia, 74% das/os participantes se declararam pretos/pardos, 25% brancos/as, 1% indígenas. A presença forte de sujeitos que escapam o perfil do "sujeito universal", demonstra a importância de cursos que promovem debates fora do eixo ou insubmissos, como este que partilhamos neste texto, para o reconhecimento da diferença e o fortalecimento deste campo como área frutífera de debate teórico e político.

[5] As ações de extensão do Núcleo de Sexualidade, nestes 10 anos, primaram por oportunizar ampla adesão privilegiando cursos sem limite de inscrições, a exceção de cursos de especialização e aperfeiçoamento com financiamento do Ministério da Educação (MEC), cujo limite de participantes já vinha estipulado.

No primeiro encontro houve uma breve apresentação das/os componentes do Núcleo: professoras que coordenaram o projeto e bolsistas. Foi proposta uma técnica grupal[6], para que as/os participantes caminhassem pela sala, tirando a tensão de seus corpos, no intuito de "quebrar o gelo", cumprimentando as/os demais. Logo após este momento foi proposto que cada um escolhesse um/a colega que ainda não conhecesse, formando duplas, conversasse com ele/a e posteriormente a/o apresentasse para a turma. Ao final do encontro, as professoras indagaram as/os alunas/os sobre o motivo pelo qual escolheram se inscrever no curso e quais expectativas giravam em torno dos temas.

A entrega dos materiais do curso se deu no segundo encontro, que contou com a presença de uma professora[7] do Curso de Filosofia da UFT do Campus de Palmas, que ministrou a palestra "Quem tem medo de Judith Butler?" A professora levantou questionamentos sobre as críticas e ataques que a filósofa americana recebeu quando esteve no Brasil em 2017. O debate levantado destacou o corpo como instrumento político, o valor das lutas feministas, o combate à violência e a homofobia, a importância da discussão de gênero nas escolas e nos espaços públicos e a vivência da sexualidade como direito.



> Mas independentemente de entendermos nosso gênero ou nossa sexualidade como escolhidos ou dados, como cultural ou biológico, cada um de nós temos que afirmar nosso gênero e nossa sexualidade, afirmá-los *como um direito.* E isso faz uma diferença se pudermos afirmá-los no todo. Quando exercemos o direito de ser o gênero que somos ou quando exercemos o direito à sexualidade que não causa prejuízo a ninguém, então estamos exercendo uma certa liberdade. Assim, mesmo se você sentir que não escolheu sua sexualidade e seu gênero, ou que é parte de uma natureza fixa de um tipo, faz uma diferença, para a relação corporal com o mundo externo, se você reivindica essa posição em público, que você ande pelas ruas sem assédio ou ataque, que você encontre emprego e moradia sem discriminação, e que você seja capaz de viver o seu corpo, o seu desejo. Nesses momentos, eu argumentaria, a sua apresentação pública e suas ações são um exercício de uma liberdade que deve ser protegida. (BUTLER, 2017, p. 36).

No terceiro encontro foi proposta uma técnica grupal sobre corpo e sexualidade para pensar como mulheres e homens se expressam, com objetivo de sensibilizar e refletir acerca

[6] Técnica grupal é uma ferramenta educativa que propõe uma atividade em grupo em torno de um tema, partindo de uma instrução para a realização de tarefas a serem produzidas a partir da integração e debate entre participantes, a fim de chegar a uma reflexão e partilha coletiva relacionada ao tema proposto.

[7] Agradecemos a contribuição da Profª Drª Elizângela Mattos do Curso de Filosofia - UFT.

dos padrões de gênero. Por meio da expressão de uma estátua, as/os cursistas foram encorajadas/os a buscar expressões do corpo que representassem força, beleza e poder entre homens e entre mulheres. No que diz respeito à força, a expressão do corpo masculino foi demonstrada pela força física, por meio dos músculos nos braços, e nas mulheres, as expressões estavam ligadas ao ventre referindo-se à maternidade e ao cuidado. Para expressar a beleza, a representação dos homens remetia ao físico e a inteligência, e nas mulheres remetia aos acessórios, ao corpo e a postura. Na representação do poder, as imagens dos homens estavam ligadas ao dinheiro e a postura ereta, e nas mulheres, a postura ereta que demonstrava a cabeça erguida.

Ainda neste encontro foi exibido o vídeo "Era uma vez uma outra Maria", um desenho animado sem falas que foi disparador para o debate acerca dos papéis de gênero na nossa sociedade ocidental, dentre eles: a diferença imposta nas brincadeiras, a divisão de tarefas domésticas e a sobrecarga que, majoritariamente, recai sobre as mulheres, a vivência da sexualidade, a masturbação, o direito ao prazer feminino no sexo, a gravidez na adolescência, a responsabilidade no uso de contraceptivos e o silenciamento das vítimas de violência sexual. Os estereótipos de gênero apresentam as diferenças de comportamento entre homens e mulheres como se fossem qualidades ou fraquezas inerentes, coisas de nascença, de natureza, que não se podem mudar. É preciso um intenso trabalho de desmontagem desses clichês, para erradicar o preconceito de gênero e eliminar a injustiça que cerca atitudes baseadas em concepções estereotipadas (PROMUNDO, 2008).



O quarto encontro e o quinto encontro produziram reflexões sobre violência contra as mulheres e a população LGBT. No quarto encontro foi exibido o filme "Preciosa, uma história de esperança[8]", de 2009, dirigido por Lee Daniels, a partir das questões que o curso se propôs a debater sobre direitos sexuais e reprodutivos, com um recorte de raça/etnia e classe social. No quinto encontro foi exibido o documentário "A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson" que denuncia a marginalização que *drag queens*, travestis e pessoas trans sofrem, e precisa ser combatida em nossa sociedade. A partir desse debate, uma oficina de cartazes foi organizada

[8] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=WO-ynovfRis

para produzir material relacionado à temática da diversidade sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos e das questões étnico raciais. Posteriormente, os cartazes foram pregados pelo *campus* universitário. Algumas frases dos cartazes da oficina foram: "Respeita xs Manxs"; "O meu afeto te afeta? Respeito não é questão de opinião, é justiça"; "O armário tem poeira e eu tenho rinite"; "Ser LGBT é mara" e "Justiça até o último momento".

O sexto encontro articulou o debate entre direitos reprodutivos e sexuais, e experiências pessoais e compartilhadas pelas/os alunas/os. Técnicas grupais foram desenvolvidas por uma professora e uma bolsista do Núcleo[9] com as/os participantes sobre situações reais que nos cercam a respeito da sexualidade e da reprodução. No primeiro momento foi conduzida uma técnica grupal acerca dos direitos reprodutivos. Inicialmente, foi perguntado a todas/os quem era a favor e quem era contra o aborto, revelando 24 cursistas a favor e 3 contra o aborto. Em seguida, foi perguntado a todas/os quem conhecia métodos abortivos: 19 cursistas afirmaram que conheciam algum método para abortar e 10 disseram que desconheciam qualquer método. Os métodos mais conhecidos citados foram pílulas, clínicas clandestinas, remédios caseiros, chás, injeção e uso de fio. Finalmente, dentre as/os 29 participantes presentes no encontro, 19 relataram conhecer alguém que já tinha feito aborto.



Estas informações reforçam os dados discutidos por Diniz, Medeiros e Madeiro (2017), em sua Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA 2016), que apontam o aborto como prática comum entre as mulheres brasileiras. Da amostra de 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos, 13% já fez ao menos um aborto; e aos 40 anos, quase 1 em cada 5 mulheres já realizou, pelo menos, um aborto. Os resultados discutem o aborto como um fenômeno frequente entre mulheres de diferentes classes sociais, raças, graus de escolaridade e religiões. Entretanto, sua prevalência é maior entre mulheres de menor escolaridade, negras, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O debate fomentado no encontro após as enquetes permitiu dimensionar como os dilemas sobre os direitos reprodutivos são comuns e estão próximos às vivências das/os cursistas, portanto não podem ser negligenciados.

[9] Agradecemos a colaboração da graduanda Maria-Letícia Di Rodrigues Araújo do Curso de Psicologia - UFT.

Neste mesmo encontro, em um segundo momento, foi realizada uma técnica grupal sobre direitos sexuais. As perguntas disparadoras consistiam em estimular as/os participantes a comentar se eram a favor ou contra os familiares interferirem na sexualidade das/os filhas/os. Todas/os as/os 29 cursistas responderam ser contra essa atitude, e quando perguntadas/os se conheciam alguém que havia passado por situação familiar semelhante, surgiram vários depoimentos pessoais dos que haviam passado por essa situação. A discussão promovida buscou reforçar como os direitos sexuais visam a garantia de escolher a/o parceira/o sem discriminação e com autonomia para expressar sua orientação sexual, e viver a sexualidade com prazer, sem culpa, vergonha, medo ou coerção.

No sétimo encontro, um pesquisador do Núcleo[10] realizou um debate sobre direito, família e fundamentalismo religioso. Inicialmente, foram distribuídos para as/os cursistas papéis, para que escrevessem separadamente o que entendiam por família, casamento e fundamentalismo religioso. Em seguida, após comentar as respostas sem identificação, a apresentação esclareceu conceitos e discutiu a questão da família e do casamento como algo histórico que tem sofrido mudanças ao longo do tempo, ainda que permaneça no imaginário social a lógica da família nuclear (pai, mãe e filhos) como única, sagrada e legitimada.



Acerca da questão do fundamentalismo religioso, foi debatida a influência histórica dos conceitos religiosos sobre as questões jurídicas, e destacado que quem não possui uma família "modelo" que se inicia com um casal heterossexual, não possui os mesmos direitos reconhecidos do ponto de vista legal. Pelo fato de se fundamentar na religião, apesar de nosso regime de Estado Laico, a laicidade não é respeitada e se configura como um problema no campo do direito e das políticas públicas, já que somente algumas famílias e/ou sujeitos são beneficiados. De acordo com Diniz (2011), a laicidade é um princípio de organização das práticas do Estado e instituições que interfere na organização social e se funda no reconhecimento da diversidade moral como fato social. O conceito de laicidade representa a ideia da neutralidade confessional de um Estado, portanto, um Estado laico é neutro. Assim, a

[10] Agradecemos a contribuição do pesquisador Brendhon Andrade Oliveira.

laicidade é um instrumento de um Estado democrático que garante a igualdade, o pluralismo, a existência e a emergência das minorias. Um Estado laico protege, basicamente as minorias.

O oitavo encontro foi conduzido por um pesquisador do Núcleo[11] sobre a falácia da "ideologia de gênero" nos processos educacionais. Foi problematizada a ideia de "ideologia de gênero" e debatido como o tema do gênero e da sexualidade precisa estar para além dos julgamentos e olhares conservadores, e por fim, como ele pode e deve ser trabalhado nos currículos escolares. O palestrante propôs uma técnica grupal sobre como os desafios vivenciados cotidianamente pelos estudantes e seus familiares seriam enfrentados se os profissionais da educação discutissem o assunto em contexto escolar.

De acordo com dados do Disque 100 de 2019, quase 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontece no ambiente familiar. É preciso desmistificar que a educação sexual pode erotizar ou incentivar a iniciação sexual precoce de crianças e adolescentes. Ao contrário, a educação sexual visa proteger da violência sexual e ampliar as possibilidades de escolhas, incentivando a autoproteção, a integridade corporal e a responsabilidade pela saúde sexual e reprodutiva.



Entendemos que o combate a farsa da "ideologia de gênero" tem sido um problema para que a educação sexual não seja debatida em escolas, e nem discutida nas universidades. Ao refletir sobre essa temática, destacamos que a "ideologia de gênero" atrapalha a implantação da discussão nos processos educacionais, uma vez que é apresentada de modo a desqualificar a discussão de gênero, sua importância e impacto social.

> No cenário educacional brasileiro, e de alguns outros países da América Latina, a ideologia de gênero tomou o planejamento da educação com a finalidade de compor uma sociedade neutra, perene, igual e descomprometida com as diferenças. (MAIA; ROCHA, 2017, p. 412).

O tema do nono encontro foi o debate sobre a questão étnico-racial, racismo e discriminação. A bolsista do projeto de extensão[12] conduziu uma técnica grupal onde a turma

[11] Agradecemos a contribuição do pesquisador Marcos Felipe Gonçalves Maia.

[12] Agradecemos a contribuição da graduanda Yanna Biatriz de Oliveira Góis do Curso de Psicologia – UFT pelo apoio na realização das ações de extensão.

foi dividida em dois grupos, sendo atribuídos estereótipos a apenas um grupo de participantes. Cursistas que receberam os estereótipos, no momento da partilha da experiência, relataram desconforto por não saberem o motivo de seus colegas estarem reagindo a elas/es de modo discriminatório e racista.

Posteriormente, foi dada outra tarefa aos cursistas, onde as/os mesmas/os escreveram expressões, vivências ou frases que demonstravam discriminação com relação à determinada raça/etnia. As problematizações que surgiram foram relacionadas à supremacia branca, a relação com o cabelo e a falta de representatividade em épocas passadas, ao estereótipo racial de criminosos ligado a pessoas negras, ao colorismo e a melhor aceitação de pessoas com tons de pele mais claro no meio social, e a hipersexualização dos corpos negros relacionados a promiscuidade. Houve relato pessoal de racismo sofrido, desde o mais velado ao mais explícito.

Afirma hooks (2015) que as mulheres brancas que dominam o discurso feminista têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. O foco feminista branco na tirania masculina e na opressão das mulheres como se fosse uma revelação e a necessidade de uma teoria para "informá-las de que eram oprimidas" era mais uma indicação de suas condições de vida privilegiadas. Pensando nos atravessamentos que raça/gênero/classe social podem constituir e/ou oprimir um sujeito, produzindo desigualdades, exclusões e violências faz-se necessário discutir acerca do conceito de interseccionalidade. Segundo Crenshaw (2002) a interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes sociais.



O último encontro do curso, observando o compromisso de avaliação coletiva de uma ação feminista, envolveu um evento de exposição de produtos artísticos e culturais. Esta ação propiciou que as/os cursistas se encorajassem a apresentar poesias, músicas, desenhos e performances, a partir das reflexões geradas durante o curso de extensão. As/os participantes compartilharam suas experiências declamando poemas sobre feminismo, empoderamento feminino, diversidade sexual, de combate ao machismo e a violência, produzidas por poetas de periferia e próximas/os de sua

realidade, linguagem e lugar de fala. Também foram declamados poemas de autoria própria, apresentadas paródias de músicas e vídeos, produzidas ilustrações e cartazes.

**Figura 1 – Desenho produzido por cursista**

Fonte: Acervo pessoal, 2018.



**Figura 2 – Cartaz produzido por cursistas**

Fonte: Acervo pessoal, 2018.

## 4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Quando se reflete sobre gênero, sexualidade e interseccionalidades é importante que se compreenda que estes são conhecimentos provisórios e situados. Pensar isso ao analisar uma experiência universitária de extensão com vistas a formação de profissionais, reforça mais ainda o sentido de provisoriedade, mas especialmente de continuidade e de formação continuada. A educação continuada deve ser uma baliza nos processos educacionais universitários, pois embora haja grande esforço de discutir temas centrais e urgentes através do tripé ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, é preciso compreender que somente a formação contínua nos faz capazes de atender novas demandas e outras exigências que surgem dialeticamente no cotidiano profissional.

O Núcleo ao qual este curso de extensão se vinculou, possui dez anos de história e desde sua criação se compromete com a formação continuada de profissionais das políticas públicas do estado do Tocantins, ativistas dos movimentos sociais e principalmente de estudantes de graduação nas mais diversas áreas dos bacharelados e licenciaturas que a UFT oferece. Especificamente, a experiência deste curso oferecido no ano de 2018, ocorreu em um *campus* universitário no interior do Tocantins, e considerando a proposta de debater acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, era de se esperar impacto significativo neste contexto. Impacto este que se propagou positivamente no combate a homofobia, ao sexismo e ao racismo, principalmente no atual momento em que o conservadorismo ganha força no país.



A metodologia feminista utilizada no projeto permitiu a produção de um debate crítico e reflexivo, por meio de estratégias diversificadas e plurais de condução dos processos educacionais e formativos de gênero na universidade. E, mais ainda, reforçou a centralidade da extensão nas ações do Núcleo em relação à pesquisa, sendo que tem sido condição *sine qua non* para as coordenadoras e pesquisadoras deste grupo, que pesquisa e extensão devam atuar de maneira integrada enquanto compromisso de devolução dos investimentos públicos nos processos investigativos acumulados na dinâmica de estudo e ensino que envolvem nossos esforços feministas.

As contribuições de profissionais da Psicologia, Serviço Social, Filosofia, Educação e Direito permitiram o desenvolvimento de um debate interdisciplinar, reforçando que os sistemas de opressão, dominação e desigualdade que perpassam nossas existências precisam ser pensados e criticados a partir dos vários campos de saber. A descolonização do conhecimento e a busca de formas alternativas e emancipatórias para sua produção, por meio da interdisciplinaridade é um modo de transgressão às formas clássicas de se conhecer o mundo. A extensão universitária, potencializada pela interdisciplinaridade, permitiu desestabilizar os saberes coloniais por meio da produção alternativa de saberes locais com a abertura de espaços para as diferentes vozes.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Alianças e políticas anti-guerra. **Bagoas**, n.16, p.29-49, 2017. Disponível em https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530/8652. Acesso em 6 jun. 2019.

CORREA, Sonia; ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos – Pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, E. (Org). **Sexo & Vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 17-78.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem**, vol.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011. Acesso em 6 jun. 2019.

DINIZ, Débora, MEDEIROS, Marcelo, MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2), p. 653-660, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf. Acesso em 6 jun. 2019.

DINIZ, Débora. Psicologia, laicidade e diversidade sexual. In: Conselho Federal de Psicologia – CFP. **Psicologia e Diversidade Sexual**: Desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP, p. 133-137, 2011. Disponível em https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2011/05/Diversidade_Sexual_-_Final.pdf. Acesso em 6 jun. 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 16, p. 193-210, jan-abril/2015. Disponível em https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulheres-negras-moldando-a-teoriafeminista-bell-hooks1.pdf. Acesso 6 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Marcos; ROCHA, Damião. Ideologia de gênero na educação: a desqualificação de saberes sujeitados. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3690. Acesso em 6 jun. 2019.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface**: comunicação, saúde, educação. Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-119, jan./mar. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0212.pdf. Acesso em 6 jun. 2019.



PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 6 jun. 2019.

PROMUNDO. **Trabalhando com mulheres jovens**: empoderamento, cidadania e saúde. Rio de janeiro: Promundo, 2008, 146p.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.35-84. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1. Acesso em 6 jun. 2019.

Submetido em: 31/07/2019
Aprovado em: 16/09/2019